

Diversidade e direitos humanos no exercício do magistério: percepções do professor da educação básica

ARTIGO

Thiago Luiz Sartoriⁱ

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Cláudia Rosa Acevedo de Abreu Campanárioⁱⁱ

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

1

Resumo

A pesquisa investiga as percepções e práticas de professores da Educação Básica em relação a temas de gênero, sexualidade e direitos humanos. O objetivo geral é investigar como esses professores percebem, interpretam e incorporam esses temas em suas práticas pedagógicas, visando contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais inclusivas e eficazes. Focando em uma amostra de quatro docentes formados em Ciências Humanas, o estudo utilizou um questionário estruturado para explorar a abordagem desses temas em suas disciplinas. Os resultados indicam que todos os participantes reconhecem a importância de incluir tais questões, mesmo quando não exigidas pela ementa. Metade dos professores acredita que as políticas curriculares necessitam de ajustes significativos para melhor integrar esses temas. Esses resultados destacam a necessidade de mais discussões e ações para promover uma educação mais inclusiva e sensível às diversidades de gênero e sexualidade, reforçando a importância dos direitos humanos no contexto educacional.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Direitos Humanos. Inclusão.

Diversity and human rights in the exercise of teaching: perceptions of the basic education teacher

Abstract

The research investigates the perceptions and practices of Basic Education teachers in relation to gender, sexuality and human rights issues. The general objective is to investigate how these teachers perceive, interpret and incorporate these themes in their pedagogical practices, aiming to contribute to the development of more inclusive and effective educational strategies. Focusing on a sample of four professors trained in Human Sciences, the study used a structured questionnaire to explore the approach to these themes in their disciplines. The results indicate that all participants recognize the importance of including such questions, even when not required by the syllabus. Half of the teachers believe that curriculum policies need significant adjustments to better integrate these themes. These results highlight the need for further discussions and actions to promote education that is more inclusive

and sensitive to gender and sexuality diversities, reinforcing the importance of human rights in the educational context.

Keywords: Gender. Sexuality. Human rights. Inclusion.

1 Introdução

2

A diversidade e os direitos humanos têm sido temas centrais no contexto educacional contemporâneo, especialmente no que se refere ao papel do professor na Educação Básica (Afonso; Rodrigues; Oliveira, 2018). Este estudo propõe-se a investigar as percepções dos professores da Educação Básica (Ensino Fundamental) em relação a esses temas cruciais, explorando suas experiências e reflexões no exercício da docência.

No âmbito da Educação Básica, questões relacionadas a gênero, sexualidade e direitos humanos têm se tornado cada vez mais relevantes e necessárias (Piovesan, 2005; Abreu; Hirata; Lombardi, 2016). A inserção desses temas no contexto educacional não apenas reflete a diversidade da sociedade contemporânea, mas também desafia os educadores a promoverem ambientes escolares inclusivos e respeitosos (Benevides, 2007).

Este estudo visa explorar as percepções e práticas dos professores da Educação Básica em relação a esses temas sensíveis e cruciais para o desenvolvimento de uma educação mais plural e igualitária. O estudo focará nas percepções desses professores quanto à inclusão de temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas práticas pedagógicas. Será investigado como esses educadores interpretam, abordam e integram os temas de gênero, sexualidade e direitos humanos no contexto das disciplinas que ministram, considerando as políticas curriculares vigentes e os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

A problemática evidenciada está presente na constatação de que a discussão sobre gênero e diversidade nas escolas frequentemente enfrenta resistências e desafios, tanto no âmbito das políticas educacionais quanto na prática em sala de aula. Isso levanta questionamentos sobre como os professores percebem e

respondem às demandas por uma educação que promova a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e o ensino dos direitos humanos em um contexto educacional marcado por diversas perspectivas e sensibilidades (Benevides, 2007). Diante disso, a questão-problema elaborada para este estudo foi: quais são as percepções e práticas dos professores da Educação Básica em relação à inclusão de temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas disciplinas?

O objetivo geral é investigar como os professores da Educação Básica percebem, interpretam e incorporam temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas práticas pedagógicas, visando contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais inclusivas e eficazes. Já os objetivos específicos são: avaliar a familiaridade dos professores com os temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas disciplinas; e investigar as percepções dos professores sobre a adequação das políticas curriculares da Educação Básica brasileira para discutir esses temas sensíveis.

Este estudo é relevante para compreender como a educação pode melhor responder às demandas por inclusão, respeito à diversidade e promoção dos direitos humanos nas escolas. Ao explorar as percepções dos professores, espera-se identificar desafios e oportunidades para fortalecer práticas educacionais que preparem os estudantes para viver em uma sociedade plural e democrática.

2 Diversidade e Direitos Humanos na Formação Inicial do Professor

A formação inicial do professor é um estágio crucial, no qual não apenas se desenvolvem habilidades técnicas, mas também valores e princípios que moldarão sua prática pedagógica ao longo da carreira (Afonso; Rodrigues; Oliveira, 2018). Nesse contexto, a integração de temas como diversidade e direitos humanos emerge como um pilar essencial para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva e socialmente responsável (Piovesan, 2005; Benevides, 2007).

Primeiramente, é fundamental compreender a amplitude e a importância da diversidade no contexto educacional. A diversidade vai além das diferenças visíveis de raça, gênero, orientação sexual e deficiência física, englobando também aspectos culturais, religiosos, linguísticos e socioeconômicos (Batista; Muniz; Lucena, 2015). A presença e valorização dessa diversidade nas escolas não apenas enriquecem o ambiente educacional, mas também prepara os alunos para compreenderem e respeitarem a pluralidade de perspectivas na sociedade (Batista; Muniz; Lucena, 2015; Bruschini, 2007).

Entretanto, no que tange ao gênero e à sexualidade, é necessário reconhecer as lutas históricas e contemporâneas que envolvem a educação para essas temáticas, especialmente em tempos de perseguição e desinformação em torno da chamada "ideologia de gênero". Omissões ou resistências a essas discussões podem resultar em ambientes educacionais que perpetuam desigualdades e preconceitos, ao invés de promoverem a equidade e o respeito (Macedo, 2017).

A formação inicial do professor deve, portanto, oferecer ferramentas teóricas e práticas para que os futuros educadores possam reconhecer, acolher e integrar a diversidade em suas práticas pedagógicas. Isso implica não apenas a compreensão das diferentes manifestações de diversidade, mas também o desenvolvimento de competências que promovam um ambiente escolar inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados (Benevides, 2007).

Além da diversidade, a inserção dos direitos humanos na formação do professor é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Candau, 2013). Direitos humanos são direitos relacionados à dignidade intrínseca de cada indivíduo, e direitos básicos, como direito à educação, à liberdade de expressão, à igualdade de gênero, entre outros (Benevides, 2007). Incorporar esses princípios na formação inicial do professor não apenas fortalece sua consciência ética, mas também o capacita a promover práticas pedagógicas que estimulem o respeito aos direitos fundamentais de todos os alunos (Candau, 2007).

Contudo, a implementação efetiva de uma formação que valorize a diversidade e os direitos humanos enfrenta desafios significativos (Candau, 2007). Muitas vezes, há resistências políticas, culturais e até mesmo institucionais que dificultam a inclusão desses temas nos currículos acadêmicos. Superar tais obstáculos requer não apenas ações individuais dos professores, mas também políticas educacionais claras e comprometidas com a promoção da igualdade e da justiça social (Macedo, 2017).

Diante desses desafios, é imperativo que as instituições formadoras de professores desenvolvam programas que integrem, de maneira transversal, a diversidade e os direitos humanos em todas as disciplinas e atividades curriculares. Isso pode ser alcançado através da revisão dos currículos, da capacitação contínua dos docentes e da criação de espaços de reflexão e debate sobre esses temas no ambiente acadêmico (Pereira, 2017).

Nota-se, pois, que a formação inicial do professor não deve apenas prepará-lo para ensinar conteúdos específicos, mas também para ser um agente de transformação social, promovendo uma educação inclusiva e comprometida com os valores universais dos direitos humanos (Benevides, 2007).

3 Aspectos do currículo na educação básica

O currículo na Educação Básica desempenha um papel central na estruturação do processo educacional, sendo responsável por definir não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também os objetivos, métodos de ensino e avaliação que orientam a prática pedagógica nas escolas (Paraíso, 2016). Nesse contexto, é essencial analisar os diversos aspectos que compõem o currículo, seus fundamentos, desafios e perspectivas para uma educação de qualidade.

Fundamentado em uma série de princípios, o currículo na Educação Básica visa garantir uma formação integral e equitativa para todos os alunos. Entre esses fundamentos destaca-se a integração de conhecimentos, buscando promover uma

educação holística que desenvolva competências acadêmicas e habilidades socioemocionais (Paraíso, 2010; 2016). Além disso, deve ser flexível e adaptável, capaz de atender às necessidades individuais dos alunos e às demandas da sociedade contemporânea, incorporando novas tecnologias e metodologias de ensino (Rondini; Teixeira Filho; Toledo, 2024).

A promoção da inclusão e da diversidade é outro pilar essencial do currículo, que deve garantir o respeito e a valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero (Scalon; Oliveira, 2012; Schütz; Fuchs, 2017; Schiefer, 2004; Schilling; Angelucci, 2016; Scott, 1990) e socioeconômica presente nas salas de aula (Scott, 1990). Isso não apenas enriquece o ambiente educacional, mas também prepara os alunos para viverem em uma sociedade plural e democrática. Os conteúdos curriculares devem ser contextualizados à realidade dos alunos, sendo relevantes para suas vidas e preparando-os para enfrentar desafios presentes e futuros de forma crítica e reflexiva (Junqueira, 2009).

Para enfrentar os desafios atuais e futuros, é essencial considerar algumas perspectivas promissoras para o desenvolvimento do currículo na Educação Básica.

Primeiramente, promover um enfoque interdisciplinar pode ser crucial. Integrar disciplinas diferentes estimula a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade dos alunos de resolver problemas complexos de maneira integrada e holística (Pereira, 2017).

A tecnologia educacional também representa uma perspectiva significativa. Utilizar tecnologias de forma estratégica pode enriquecer o currículo, oferecendo novas formas de aprendizagem e interação que são mais adequadas ao mundo digital em constante evolução (Junqueira, 2009). Além disso, fortalecer políticas e práticas de educação inclusiva e equitativa é fundamental. Isso envolve garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade presente nas salas de aula (Oliveira; Gava; Unbehaum, 2019; Rondini; Teixeira Filho; Toledo, 2024).

A participação comunitária também se mostra essencial (Schütz; Fuchs, 2017). Envolver ativamente pais, alunos e a comunidade escolar na definição e implementação do currículo não apenas promove uma educação mais democrática e participativa, mas também fortalece o vínculo entre escola e comunidade, criando um ambiente educacional mais colaborativo e engajado (Rios, 2006; Junqueira, 2007).

Considera-se, pois, que o currículo na Educação Básica é um instrumento poderoso para promover uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva (Louro, 2009; Zluhan; Raitz, 2014). Ao reconhecer seus fundamentos, enfrentar seus desafios e explorar suas perspectivas futuras, podemos construir escolas mais eficazes na preparação dos alunos para os desafios e oportunidades do século XXI (Xavier Filha, 2020; Cordeiro; Friede; Miranda, 2023).

4 Metodologia

Para investigar as percepções dos professores da Educação Básica de uma escola municipal de ensino fundamental localizada em São Paulo/SP - aqui nomeada “escola campo” por questões éticas - sobre diversidade e direitos humanos no exercício do magistério, foi empregado um formulário contendo questões fechadas, caracterizando a pesquisa como do tipo *survey*.

Este instrumento foi enviado por e-mail (para evitar contato físico com os participantes da pesquisa) para 10 professores selecionados aleatoriamente, tendo ficado disponível para resposta no período de 01/03 a 31/04/2024. O formulário incluiu questões que exploraram temas como a abordagem de questões de gênero, sexualidade e direitos humanos nas disciplinas ministradas, a percepção sobre as políticas curriculares relacionadas a esses temas e experiências pessoais de enfrentamento a situações de violência trans/homofóbica no ambiente escolar.

A análise dos dados coletados foi conduzida utilizando técnicas de análise de conteúdo. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das respostas

dos participantes, identificando padrões, categorias e temas emergentes relacionados às percepções e experiências dos professores.

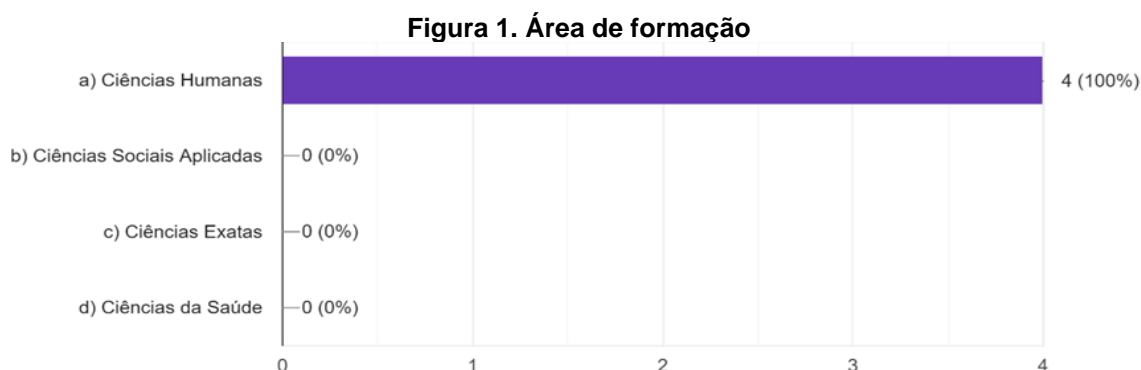
Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consentiram voluntariamente em participar. Todas as informações coletadas foram tratadas com confidencialidade e anonimato, garantindo o respeito aos princípios éticos da pesquisa.

É importante reconhecer que, devido ao tamanho reduzido da amostra, os resultados deste estudo podem não ser generalizáveis para todos os professores da Educação Básica. Além disso, a natureza autorrelatada das respostas pode implicar em vieses de percepção.

Espera-se que os resultados deste estudo forneçam contribuições significativas para o desenvolvimento de estratégias e políticas educacionais que promovam uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões de diversidade e direitos humanos no contexto escolar.

5 Análise e Discussão dos Dados

Os resultados da pesquisa indicam que houve a participação de quatro professores, todos formados na área de Ciências Humanas (100%) (Figura 1).



Fonte: dados da pesquisa

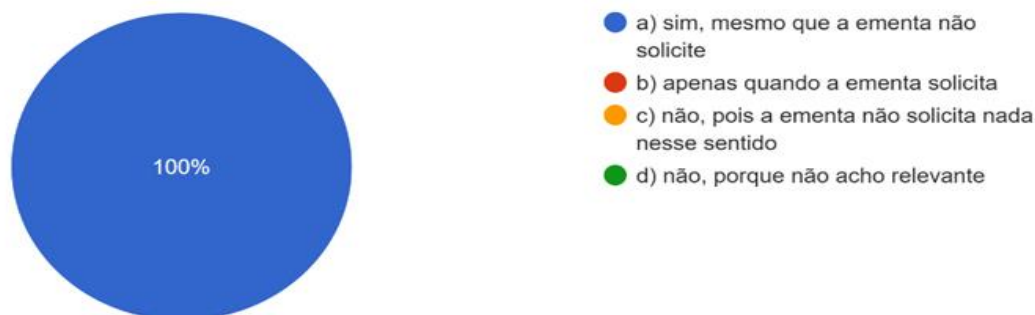
Em relação à presença de temas voltados para gênero, sexualidade e direitos humanos nas disciplinas em que os professores trabalham, 25% indicaram que há bastante abordagem, 50% mencionaram que há algumas abordagens, e 25% afirmaram que não há enfoque algum nesses temas.

Esses achados parecem ser consistentes com estudos anteriores que destacam desafios na incorporação efetiva de tais temas no currículo escolar. Afonso, Rodrigues e Oliveira (2018), por exemplo, discutem como a diversidade sexual é abordada de forma limitada e muitas vezes marginalizada na educação formal, refletindo a necessidade urgente de políticas curriculares mais inclusivas. Além disso, Piovesan (2005) argumenta que a educação em direitos humanos deve ser uma prioridade nas escolas, reforçando a importância de promover uma cultura de respeito e igualdade desde cedo.

Os dados coletados sugerem que há uma crescente conscientização entre os professores sobre a importância desses temas, mas também destacam lacunas significativas na implementação prática. Para avançar nesse campo, é essencial não apenas revisar as políticas curriculares, mas também fornecer suporte adequado aos educadores para facilitar discussões sensíveis e inclusivas em sala de aula (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016).

Quanto ao trabalho direto com questões de gênero e diversidade nas aulas, todos os professores participantes da pesquisa (100%) afirmaram que abordam esses temas, mesmo que a ementa não os solicite explicitamente (Figura 2).

Figura 2. Trabalho direto com questões de gênero e diversidade nas aulas

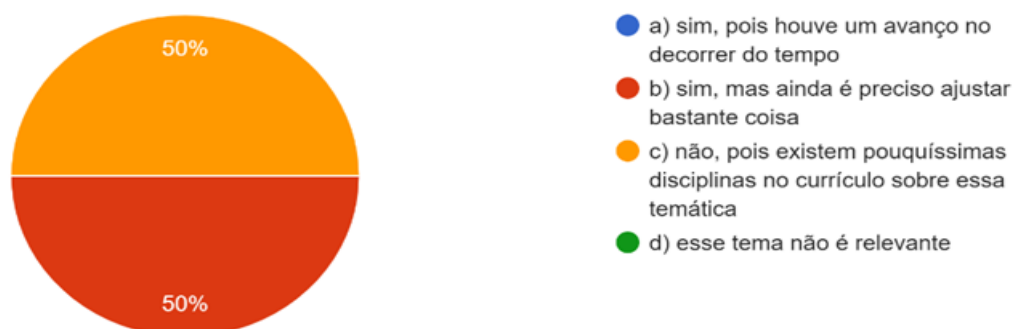


Fonte: dados da pesquisa

A Figura 2 revela um engajamento significativo dos professores no trabalho com questões de gênero e diversidade nas aulas. De acordo com Bruschini (2007), a educação deve refletir a diversidade de gênero presente na sociedade, promovendo uma abordagem inclusiva que respeite todas as identidades. Louro (2009), por sua vez, destaca a necessidade de combater a heteronormatividade nas escolas, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Em relação às políticas curriculares da educação básica no Brasil, metade dos respondentes (50%) acreditam que houve avanço, mas ainda há muito a ajustar, enquanto os outros 50% consideram que existem pouquíssimas disciplinas sobre essa temática no currículo (Figura 3).

Figura 3. Percepção sobre as políticas curriculares da educação básica brasileira



Fonte: dados da pesquisa.

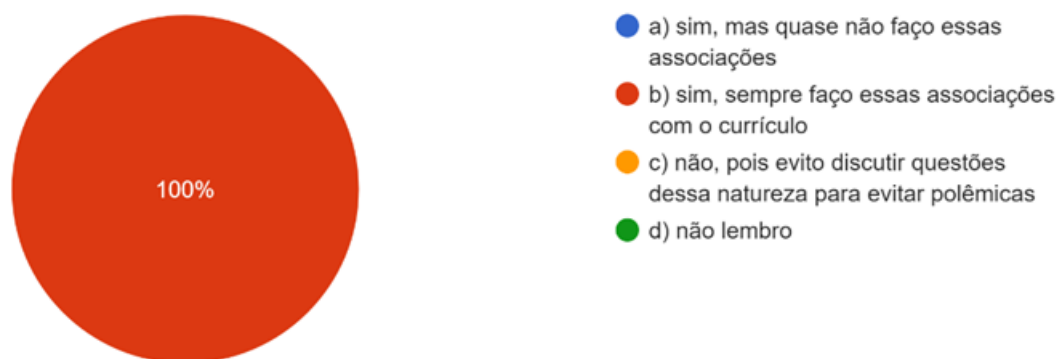
Os resultados obtidos parecem refletir a interseccionalidade entre gênero e educação, como discutido por Abreu, Hirata e Lombardi (2016). Eles destacam a importância de políticas curriculares que não apenas reconheçam, mas também celebrem a diversidade de gênero na educação básica brasileira. Essa abordagem é crucial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, alinhado com os princípios de direitos humanos defendidos por Benevides (2007) e Candau (2007). Diante disso, é possível afirmar que os dados apresentados corroboram com as análises teóricas dos autores consultados, enfatizando tanto os avanços quanto os

desafios persistentes na implementação de políticas educacionais inclusivas e sensíveis às questões de gênero no contexto brasileiro.

Finalmente, em relação à experiência pessoal dos docentes, 100% dos respondentes afirmaram já ter presenciado situações de violência trans/homofóbica associadas às disciplinas que ministram, sendo que metade (50%) sempre faz essas associações com o currículo, enquanto os outros 50% afirmaram que isso ocorre, mas com menor frequência (Figura 4).

11

Figura 4. Experiência pessoal dos docentes com violência trans/homofóbica associada às disciplinas que ministram



Fonte: dados da pesquisa

Os resultados da pesquisa revelam um quadro preocupante quanto à experiência dos docentes com situações de violência trans/homofóbica relacionadas às disciplinas que ministram, como ilustrado na Figura 4. Todos os participantes relataram ter presenciado tais incidentes, sendo que metade deles associou essas ocorrências ao currículo de forma frequente, enquanto a outra metade mencionou que essas associações ocorrem com menor frequência.

Ao discutir esses resultados à luz dos autores consultados, é possível observar que a problemática da heteronormatividade e da homofobia nas escolas, abordada por Louro (2009), destaca como essas normas dominantes perpetuam a discriminação e a violência contra estudantes LGBTQ+. A discussão de Batista, Muniz e Lucena (2015) sobre políticas públicas em direitos humanos ressalta a importância

de medidas educacionais que combatam essas formas de discriminação, promovendo uma cultura escolar inclusiva e respeitosa.

Paraíso (2016), ao explorar as dinâmicas curriculares, enfatiza como o currículo pode reproduzir ou desafiar as normas de gênero, influenciando diretamente as interações e percepções dentro da escola. Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade urgente de currículos mais inclusivos e sensíveis às diversidades, capazes de criar um ambiente educacional seguro e acolhedor para todos os estudantes.

De maneira geral, os resultados da pesquisa proporcionam uma visão detalhada das percepções e práticas dos professores da Educação Básica em relação à inclusão de temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas disciplinas. Todos os quatro respondentes possuem formação na área de Ciências Humanas, indicando um perfil acadêmico que, teoricamente, favoreceria a sensibilidade para abordagens mais inclusivas e críticas (Figura 1).

Em relação à presença desses temas nas disciplinas que ministram, os dados revelam uma distribuição variada: 25% dos professores indicaram que há bastante abordagem, 50% mencionaram que há algumas abordagens, e 25% afirmaram que não há nenhum enfoque específico nesses temas (Figura 2). Esses resultados corroboram com estudos anteriores que destacam a inconsistência na incorporação de temas de diversidade sexual e de gênero no currículo escolar (Afonso; Rodrigues; Oliveira, 2018).

A literatura consultada aponta que, apesar do reconhecimento da importância de uma educação inclusiva e respeitosa, as políticas curriculares brasileiras muitas vezes falham em oferecer diretrizes claras e obrigatórias para a inclusão desses temas (Piovesan, 2005; Batista; Muniz; Lucena, 2015). A falta de uma abordagem explícita pode refletir tanto resistências conservadoras quanto a necessidade de capacitação adequada para os professores lidarem com esses assuntos de forma sensível e informada (Cordeiro; Friede; Miranda, 2023).

No que diz respeito ao trabalho direto com questões de gênero e diversidade nas aulas, todos os professores (100%) afirmaram que abordam esses temas, mesmo que não sejam explicitamente demandados pelo currículo. Esta constatação é encorajadora, indicando um compromisso pessoal dos professores em promover discussões relevantes para a formação cidadã e ética dos estudantes.

Contudo, quando questionados sobre a adequação das políticas curriculares da Educação Básica brasileira para discutir esses temas sensíveis, houve uma divisão de opiniões: metade dos respondentes (50%) consideram que as políticas são adequadas, mas ainda requerem ajustes, enquanto a outra metade (50%) acredita que há pouquíssima abordagem desses temas no currículo (Figura 3). Essa percepção ressalta a necessidade urgente de revisão e atualização das políticas educacionais, garantindo que todas as escolas estejam equipadas para promover um ambiente educacional seguro e inclusivo para todos os estudantes (Junqueira, 2007; Louro, 2009).

Um aspecto particularmente preocupante é a experiência pessoal dos professores com situações de violência trans/homofóbica associadas às disciplinas que ministram. Todos os respondentes (100%) afirmaram já ter presenciado tais incidentes, com metade deles indicando que isso ocorre com frequência (Figura 4). Esses dados refletem a persistência de práticas discriminatórias no ambiente escolar, apesar dos esforços individuais dos professores para promover um ambiente mais inclusivo (Rondini; Teixeira Filho; Toledo, 2024).

Ao discutir esses resultados à luz da literatura consultada, é evidente que a educação em direitos humanos e a promoção da diversidade de gênero continuam sendo desafios significativos para o sistema educacional brasileiro (Paraíso, 2016; Pereira, 2017). A implementação efetiva de políticas curriculares inclusivas requer não apenas mudanças estruturais, mas também investimentos contínuos em formação docente e suporte institucional (Oliveira; Gava; Unbehaum, 2019).

Portanto, os dados coletados nesta pesquisa não apenas confirmam a relevância desses temas na prática educacional, mas também destacam a

necessidade urgente de políticas e práticas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e respeitosa para todos os estudantes brasileiros.

5 Considerações finais

14

Os resultados deste estudo destacam a complexidade e a relevância das percepções dos professores da Educação Básica sobre a inclusão de temas de gênero, sexualidade e direitos humanos em suas práticas pedagógicas. Inicialmente, observamos que a maioria dos professores reconhece a importância desses temas, evidenciado pelo engajamento significativo no trabalho direto com questões de diversidade nas aulas. Esse achado reflete um avanço positivo na conscientização sobre a necessidade de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade sexual e de gênero.

Entretanto, os dados também revelam desafios significativos na implementação prática dessas iniciativas. A presença limitada desses temas nos currículos escolares, conforme percebido por metade dos respondentes, sugere que há uma necessidade urgente de revisão e fortalecimento das políticas curriculares brasileiras para melhor integrar esses conteúdos de forma mais abrangente e sistemática.

A experiência pessoal dos professores com situações de violência trans/homofóbica associadas às disciplinas que ministram é alarmante, evidenciando a persistência de desafios no ambiente escolar em relação à segurança e ao respeito à diversidade. Essas situações exigem uma resposta mais robusta, tanto em termos de políticas educacionais quanto de formação continuada dos professores, para lidar de maneira eficaz com tais questões.

Além disso, a análise teórica e os dados empíricos convergem para a necessidade de políticas curriculares mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero e diversidade, alinhadas com os princípios de direitos humanos. A educação em direitos humanos não pode ser apenas um ideal, mas sim uma prática concreta

que permeie todas as disciplinas e práticas pedagógicas, preparando os alunos não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para a vida em uma sociedade plural e democrática.

Portanto, é fundamental que as instituições educacionais e os formuladores de políticas reconheçam esses desafios e trabalhem em conjunto com os professores para desenvolver estratégias eficazes que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com os direitos humanos. Somente assim poderemos avançar na construção de escolas onde todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e protegidos, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica que os torne únicos.

Esta pesquisa contribui significativamente para o campo educacional ao destacar não apenas as percepções dos professores, mas também as lacunas e as oportunidades para aprimorar as práticas educacionais no Brasil. Espera-se que os resultados inspirem novos estudos e iniciativas que promovam uma educação mais justa, inclusiva e alinhada com os valores universais de respeito e dignidade para todos.

Referências

AFONSO, M. L. M., RODRIGUES, M.; OLIVEIRA, E. F. de. **Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual.** Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 169, 948–972. 2018, Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5364>

ABREU, H., HIRATA, H., LOMBARDI, M. R. (Eds.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** Boitempo, 2016.

BATISTA, J. H. M., MUNIZ, I. G., & LUCENA, M. I. H. M. **Políticas públicas e educação em direitos humanos: o PNEDH e o caso brasileiro.** Derecho y Cambio Social, v. 40, 2015. Disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/revista040/POLITICAS_PUBLICAS_E_EDUC_ACAO_EM_DIREITOS_HUMANOS.pdf

BENEVIDES, M. V. Direitos humanos: desafio para o século XXI. In R. M. G. Silveira et al. (Eds.), **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Editora Universitária, 2007.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, 537-572, 2007.

CANDAU, V., et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as)**. Cortez, 2013.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In M. G. Silveira et al. (Eds.), **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Editora Universitária, pp. 399-412. 2007.

CORDEIRO, F. A. V., FRIEDE, R. R.; MIRANDA, M. G. de. Educação em direitos humanos na perspectiva de docentes da rede pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, 28, e280019, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280019>

JUNQUEIRA, R. D. (Ed.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Unesco. 2009.

JUNQUEIRA, R. D. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In P. R. C. Ribeiro et al. (Eds.), **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Editora da FURG, 2007.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In R. D. JUNQUEIRA (Ed.), **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Ministério da Educação, Unesco, 2009.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n.139, 507-524, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017170054>

OLIVEIRA, E. R. B. de.; GAVA, T.; UNBEHAUM, S. A educação STEM e gênero: uma contribuição para o debate brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, 130–159, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5644>

PARAÍSO, M. A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, v. 17, n.33, p.206–237, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817332016206>

PARAÍSO, M. A. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.140, p. 587-604, 2010.

PEREIRA, D. A. A. **Formação inicial de professores**: um estudo de caso sobre a educação em direitos humanos (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília, Brasil, 2017.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n.124, p. 43–55, 2005. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/421>

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n.26, p. 71-100, 2006.

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; TOLEDO, L. G. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, p. 57-71, 2024.

SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23 , n. 00 , e022001, jan./dez, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.15558>

SARTORI, T. L. **Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar**: A Concepção dos Gestores. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.

SCALON, C.; Oliveira, P. P. de. A percepção dos jovens sobre desigualdades e justiça social no Brasil. **Interseções**, v. 14, n,2, p. 408-437, 2012.

SCHIEFER, U. Sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. **Revista Persona**, (28), 2004. Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona28/28Schiefer.htm>

SCHILLING, F.; ANGELUCCI, C. B. Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n,161, p. 694-715, 2016.

SCHÜTZ, J. A.; FUCHS, C. Educação escolar e Direitos Humanos: necessidades de uma aproximação. **Perspectiva Sociológica**, v. 20, 2017. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.33025/rps.v0i20.1473>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 16, n.2, p. 5-22, 1990.

XAVIER FILHA, C. Direitos humanos na Base Nacional Comum Curricular: resistências para o trabalho docente. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p.144–161, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11443>

18

ZLUHAN, M. R.; RAITZ, T. R. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, p. 31-54, 2024. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf>

ⁱ **Thiago Luiz Sartori**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>

Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação: Política e Gestão da Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN).

Contribuição de autoria: Colaborou na escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6868880323818692>

E-mail: tlsartori@hotmail.com

ⁱⁱ **Cláudia Rosa Acevedo de Abreu Campanário**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3797-0660>

Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Docente Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP – EACH).

Contribuição de autoria: Colaborou na escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7970180882025380>

E-mail: acevedocampanario@usp.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Fabrício de Sousa Sampaio e Vanessa Cardoso Cezário.

Como citar este artigo (ABNT):

SARTORI, Thiago Luiz.; CAMPANÁRIO, Cláudia Rosa Acevedo de Abreu. Diversidade e direitos humanos no exercício do magistério: percepções do professor da educação básica. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13584, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13584>

Recebido em 14 de julho de 2024.
Aceito em 16 de agosto de 2024.
Publicado em 10 de outubro de 2024.